

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 1.667 - DE 1 DE SETEMBRO DE 1952*

Revoga a alínea "a" do art. 530 do dec.-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.

O presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É revogada a alínea **a** do art. 530 do dec.-lei nº 5.452, de 14 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Art. 2º É proibida, sob qualquer pretexto ou modalidade, a exigência do atestado de ideologia, ou qualquer outra que vise a apreciar ou a investigar as convicções políticas, religiosas ou filosóficas dos sindicalizados.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de setembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana.

Notas:

* Publicada no "Diário Oficial" de 5-9-1952.

*

LEI Nº 1.676 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1952**

Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 70, § 4º, da Constituição federal, e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Aos associados dos Institutos ou Caixas que usaram das vantagens do dec.-lei nº 5.643, de 5 de julho de 1943, revogado pelo dec.-lei nº 8.821, de 24 de janeiro de 1946, é facultado voltarem a contribuir para as antigas instituições de previdência das quais saíram por fôrça de opção.

Art. 2º O pagamento das contribuições, ao instituto a que o associado retornar em virtude do art. 1º desta lei, será devido a partir da data do requerimento pedindo revalidação de inscrição.

Art. 3º Será apenas em caráter facultativo a contribuição atrasada referente ao lapso de tempo em que o trabalhador deixou de contribuir para uma das instituições, em consequência de ter optado por outra, conforme dispôs o dec.-lei nº 5.643, de 5 de julho de 1943.

Parág. único. Nesta hipótese, a cobrança atrasada será feita em tantos anos quantos o trabalhador deixou de contribuir para as Caixas ou Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Art. 4º Qualquer benefício será concedido ao associado com base no tempo anterior de contribuição, adicionado ao atual sem que se conte o período em que estêve desligado da instituição, salvo no caso previsto no art. 3º desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1952

João Café Filho

Notas:

** Publicada no "Diário Oficial" de 2-10-1952.

*

LEI Nº 1.708 - DE 23 DE OUTUBRO DE 1952*

Prorroga até 31 de dezembro de 1954 a lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).

O presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É prorrogado até 31 de dezembro do 1954 o prazo a que se refere o art. 22 da lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Nota:

* Publicada no "Diário Oficial" de 27-10-1952.

*

DECRETO Nº 31.608 - DE 17 DE OUTUBRO DE 1952**

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1953.

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, nº I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da lei nº 1.506 de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1º Os preços básicos mínimos nos principais centros de consumo do País, assim considerados, para os efeitos da lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos de escoamento de cada Estado, e as especificações dos produtos mencionados no parágrafo único do art. 1º da referida lei, são os abaixo discriminados:

ARROZ

Beneficiado, polido, do tipo dois, por saca de 60 quilos para a classe de grãos longos, Cr\$ 264,00; para a de grãos médios, Cr\$ 231,00, e para a de grãos curtos, Cr\$ 209,00; em casca, dos tipos um e dois, por saca de 60 quilos para a classe de grão longos, Cr\$ 176,00; para a de grãos médios, Cr\$ 154,00, e para a de grãos curtos, Cr\$ 139,00; todos - classe e tipos - de acôrdo com as especificações baixadas pelo dec. nº 28.098, de 10 de maio de 1950. Arroz das melhores qualidades comumente produzidos no Norte

Finalpag. 595

e Nordeste do País, por saca de 60 quilos, beneficiado, polido, Cr\$ 150,00, e nas mesmas condições, por saca 60 quilos, em casca, Cr\$ 100,00. Todos de bom rendimento.

FEIJÃO

Cr\$ 149,00 por saca de 60 quilos, da variedade branca; Cr\$ 138,00, das variedades de cores ou rajadas; Cr\$ 132,00, das variedades pretas, do tipo três especificações baixadas pelo dec. nº 7.260, de 28 de maio de 1941.

MILHO

Cr\$ 90,00 por saca de 60 quilos, do grupo "duro", e Cr\$ 82,00 dos grupos "mole" e "misto", "amarelo" ou "mesclado", do tipo três das especificações baixadas pelo dec. nº 7.436, de 25 de junho de 1941.

AMENDOIM

Cr\$ 77,00 por saca de 25 quilos, das classes "graúda", do tipo dois das especificações baixadas pelo dec. nº 7.266, de 29 de maio de 1941.

SOJA

Cr\$ 160,00 por saca de 60 quilos, da variedade comum.

GIRASSOL

Cr\$ 2,00 por quilo ensacado, do tipo dois, com sementes cheias e percentagem normal de óleo, de acordo com as especificações baixadas pelo decreto 8.178, de 7 de novembro de 1941.

TRIGO EM GRÃO

Cr\$ 2,60 por quilo, para o produto limpo, seco, ensacado e com pêlo de 78 quilos por hectolitro, variável de acordo com o pêso hectolítrico do cereal. Havendo fração no pêso hectolítrico, êste deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio, e como um ponto abaixo, no caso contrário.

FARINHA DE MANDIOCA

Cr\$ 75,00 por saca de 50 quilos, do tipo um da classificação baixada pelo dec. nº 7.785, de 3 de setembro de 1941.

FÉCULA DE MANDIOCA

Cr\$ 2,20 por quilo, do tipo um das especificações baixadas pelo dec. nº 12.278, de 22 de abril de 1943.

TAPIOCA

Cr\$ 2,30 por quilo, do tipo um da classificação baixada pelo dec. nº 12.278, de 22 de abril de 1943.

MATE

Cr\$ 20,00 pelo produto cancheado, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, por arrôba de 15 quilos, coado em peneira de 1 1/2 mm. dos tipos CC.1 e CB.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, posto em armazéns ou depósitos autorizados em Curitiba e Joinville.

Cr\$ 14,50 por arrôba de 10 quilos, pelo produto cancheado do Estado de Mato Grosso, coado em peneira de 2 1/2 mm, do tipo MB.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, posto em armazéns ou depósitos autorizados em Ponta Porã.

Cr\$ 16,00 por arroba de 15 quilos, para o produto cancheado do Estado do Rio Grande do Sul, primeira qualidade dos tipos GF.1, GF.2, GF.3, GF.4, CC.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, coado em peneira de 2 1/2 mm, posto em armazéns ou depósitos autorizados em Pôrto Alegre.

Os preços para o produto entregue em outras localidades das regiões produtoras serão oportunamente determinados nos termos do art. 4º da lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 2º Os preços de que trata o art. 1º dêste decreto referem-se à mercadoria nova da safra de 1953, embalada em sacaria nova, devidamente marcada com as necessárias indicações, classificada, expurgada e depositada nos armazéns indicados neste decreto e nos mencionados na letra **a** do art. 6º, e no art. 7º da lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

Notas:

** Publicado no "Diário Oficial" de 17-10-1952.

*

DECRETO Nº 31.546 - DE 6 DE OUTUBRO DE 1952*

Dispõe sobre o conceito de empregado-aprendiz

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e considerando que, em face da legislação em vigor, pode o contrato de trabalho assumir a forma de contrato de aprendizagem, desde que o empregado, menor de 18 e maior de 14 anos, esteja "sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho" (parág. único do art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho);

Considerando que, por força da legislação vigente, algumas obrigações decorrentes do contrato de aprendizagem são diversas das que advêm do contrato de trabalho comum, impondo-se, portanto, a conveniência de ser regulamentado o conceito de empregado-aprendiz, decreta:

Art. 1º Considera-se de aprendizagem o contrato individual de trabalho realizado entre um empregador e um trabalhador maior de 14 e menor de 18

anos, pelo qual, além das características mencionadas no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, aquê se obriga a submeter o empregado à formação profissional metódica do ofício ou ocupação para cujo exercício foi admitido e o menor assume o compromisso de seguir o respectivo regime de aprendizagem.

Art. 2º Entende-se como sujeito à formação profissional metódica de ofício ou ocupação o trabalhador menor matriculado em curso do SENAI ou SENAC ou em curso por êles reconhecido nos têrmos da legislação que lhes fôr pertinente.

§ 1º Entende-se, igualmente, como sujeito àquela formação, o trabalhador menor, submetido, no próprio emprêgo, à aprendizagem metódica:

a) de ofício ou ocupação para as quais não existam cursos em funcionamento no SENAI ou SENAC;

b) de ofício ou ocupação para cujo preparo existam cursos do SENAI ou SENAC, quando não possam êstes aceitar a inscrição do menor, por falta de vaga, ou não mantiverem cursos na respectiva localidade.

§ 2º Na hipótese de falta de vaga, a que se refere a alínea **b** do parágrafo anterior, será fornecido aos interessados, pelo SENAI ou SENAC, documento comprobatório dessa circunstância.

§ 3º Considera-se, ainda aprendiz, no concernente às atividades do grupo de comércio, o trabalhador menor matriculado, por conta do empregador, em curso de formação comercial a que se refere o dec.-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, desde que lhe seja assegurada redução da jornada do trabalho, nos têrmos do estabelecido nos arts. 1º, § 2º, e 6º do dec.-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, sem prejuízo do salário correspondente à duração normal do trabalho.

Art. 3º Cabe ao SENAI e ao SENAC, respectivamente, estabelecer os ofícios e ocupações objetos de aprendizagem metódica nos seus cursos, bem como as condições de seu funcionamento e duração, nos limites da legislação vigente.

Parág. único. O SENAI e o SENAC encaminharão, no prazo de 60 dias, contados da publicação dêste decreto, a relação completa de tais ofícios ou ocupações ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que, para os efeitos do presente decreto,

Finalpag. 596

a publicará no "Diário Oficial" da União, assim se procedendo para qualquer alteração na relação referida, a qual deverá ser enviada ao mencionado Ministério dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da modificação.

Art. 4º Dentro de 60 dias, a partir da publicação dêste decreto, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio aprovará, após pronunciamento do SENAI e do SENAC:

- a) os limites máximos de tempo, necessários à aprendizagem metódica no próprio emprêgo, de que cogita o § 1º do art. 2º;
- b) a relação dos ofícios e ocupações para os quais não se torna necessária a aprendizagem metódica.

§ 1º O tempo máximo de aprendizagem a que alude a alínea **a** dêste artigo não será, em caso algum, superior a três anos.

§ 2º O SENAI e o SENAC enviarão ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, até 30 de outubro de cada ano, os estudos procedidos sôbre a matéria tratada neste artigo. As alterações decorrentes desses estudos, aprovadas pela pré-citada autoridade, só vigorarão a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 3º É facultado aos Sindicatos de empregadores e aos de trabalhadores requerer ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a alteração ou revisão dos limites e relações a que aludem as alíneas **a** e **b** dêsse artigo, sendo que a decisão, a respeito proferida, após audiência do SENAI ou SENAC, terá aplicação imediata.

Art. 5º Nenhum contrato de aprendizagem terá validade se o tempo estabelecido para duração do aprendizado ultrapassar o limite determinado na forma dos arts. 3º e 4º, bem como se tal condição não fôr previamente anotada na Carteira de Menor.

Art. 6º É lícito ao menor submetido à aprendizagem metódica no próprio emprêgo, nos termos do § 1º do art. 2º, requerer, em qualquer tempo, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por si ou seus responsáveis, exame de habilitação para o respectivo ofício ou ocupação.

§ 1º O requerimento será dirigido ao diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e aos delegados regionais do Trabalho, nos Estados, cabendo a essas autoridades encaminhar o menor à escola mais próxima do SENAI ou do SENAC, onde será submetido ao correspondente exame.

§ 2º Se o menor for considerado habilitado a exercer o respectivo ofício ou ocupação, ser-lhe-á fornecido, pelo Serviço a que foi encaminhado, certificado ou carta de ofício, cessando imediatamente a aprendizagem a que estava êle submetido no próprio emprêgo.

Art. 7º Mediante ajuste com as emprêsas que lhes estão vinculadas, o SENAI e o SENAC poderão organizar cursos intensivos de aprendizagem, com duração diária correspondente à jornada normal de trabalho, percebendo o menor-aprendiz, independentemente de bôlsa de estudo que lhe tenha sido concedida pelo órgão mantenedor do respectivo curso, o salário a que tem direito, por conta do empregador.

Art. 8º O presente decreto entrará em vigor dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana.

Nota:

* "Publicado no "Diário Oficial" de 11-10-1952.

*

DECRETO N° 31.551 - DE 6 DE OUTUBRO DE 1952*

Estende à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição federal, e de acordo com o art. 650 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Resolve estender à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1951; 131° da Independência e 64° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Segadas Viana.

Nota:

* Publicado no "Diário Oficial" de 11-10-1952.

Leis e decretos Federais publicados no "Diário Oficial" durante os meses de setembro e outubro de 1952

Lei nº 1.665 - de 1 de setembro de 1952 - Modifica a lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 5-9-952).

Lei nº 1.666 - de 1 de setembro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio ("D. Oficial" de 5-9-952).

Lei nº 1.667 - de 1 de setembro de 1952 - Revoga a alínea **a** do art. 530 do dec.-lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e dá outras providências ("D. Oficial" de 5-9-952).

Lei nº 1.668 - de 2 de setembro de 1952 - Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro ("D. Oficial" de 6-9-952).

Lei nº 1.669 - de 3 de setembro de 1952 - Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00, para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de tôdas as reivindicações pendentes, constante do memorando entregue ao embaixador brasileiro de Londres, a 1º de março de 1947 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Lei nº 1.670 - de 5 de setembro de 1952 - Abre, ao Congresso Nacional, - Senado Federal - o crédito especial de Cr\$ 1.188.000,00, para pagamento de custo aos senadores pela convocação do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951 ("D. Oficial" de 10-9-952).

Lei nº 1.671 - de 12 de setembro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, - Departamento dos Correios e Telégrafos - sêlo comemorativo do 150º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim ("D. Oficial" de 18-9-952).

Lei nº 1.672 - de 18 de setembro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 à Fundação da Casa Popular ("D. Oficial" de 20-9-952).

Lei nº 1.673 - de 18 de setembro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério Justiça e Negócios Interiores, - Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílios para funeral ("D. Oficial" de 20-9-952).

Lei nº 1.674 - de 19 de setembro de 1952 - Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Estrada de Ferro de Goiás) ("D. Oficial" de setembro de 1952).

Finalpag. 597

Lei nº 1.675 - de 25 de setembro de 1952 – Estende as vantagens da lei nº 264, de 25 de fevereiro 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar ("D. Oficial" de 27-9-952).

Lei nº 1.633 - de 1º de julho de 1952 - Autoriza Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - dois créditos especiais, um de Cr\$ 12.469,00 e outro de Cr\$ 29.908,00, para atender, respectivamente, ao pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1947, 1948 e 1949 ("D. Oficial" de 29-9-952 - Publ. nos "D. Oficial" de 5 e 9-7-951).

Decreto Legislativo nº 48, de 1952 - Recusa registro a contrato firmado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Gomes de Andrade e outros ("D. Oficial" de 1-9-952).

Decreto Legislativo nº 49, de 1952 - Aprova a Convenção sobre a aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva ("D. Oficial" de 1-9-952 - Retificação no "D. Oficial" de 2-10-952).

Decreto Legislativo nº 52, de 1952 - Registra termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo do Brasil e Groupement d'Exportation de Locomotives S. A. R. L. ("D. Oficial" de 24-9-952).

Decreto Legislativo nº 53, de 1952 - Registra contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e Gutierrez, Paula & Munhoz ("D. Oficial" de 27-9-952).

Decreto nº 31.364 – de 1º de setembro de 1952 - Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica ("D. Oficial" de 2 de setembro de 1952 - Retificação nos "D. Oficial" de 18-9-952 e 26-9-952).

Decreto nº 31.367 - de 2 de setembro de 1952 - Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os créditos especiais que especifica ("D. Oficial" de 2 de setembro de 1952).

Decreto nº 31.005 - de 18 de junho de 1952 - Concede à Lindoiano Hotel - Fontes Radiotivas Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.009 - de 18 de junho de 1952 - Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações elétricas ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.100 - de 9 de julho de 1952 - Concede reconhecimento ao curso de veterinária da Escola Superior de Veterinária da Universidade Rural Pernambuco ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.217 - de 30 de junho de 1952 - Concede à Socal S. A. - Mineração Intercâmbio Comercial e Industrial autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 3 de outubro de 1952 - Retificação nos "D. Oficial" de 18-9-952 e 23-9-952).

Decreto nº 31.284 - de 14 de agosto de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 3 de setembro de 1952).

Decreto nº 31.310 - de 20 de agosto de 1952 - Concede à Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.315 - de 21 de agosto de 1952 - Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 2-9-952).

Decreto nº 31.350 - de 28 de agosto de 1952 - Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.354 - de 28 de agosto de 1952 - Autoriza a cidadã brasileira Célia Petralanda de Sousa a pesquisar caulim no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 3 de setembro de 1952).

Decreto nº 31.355 - de 28 de agosto de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Amintas de Carvalho Moura a pesquisar minério de ouro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.356 - de 28 de agosto de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzito cericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.357 - de 28 de agosto de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzito cericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.358 - de 28 de agosto de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a pesquisar carvão mineral, no município de Orleães, Estado de Santa Catarina ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.359 - de 29 de agosto de 1952 - Aprova o Regimento da Comissão do Enquadramento Sindical ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.361 - de 1º de setembro de 1952 - Exclui do regime de liquidação a firma que menciona e dá outras providências ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.362 - de 1º de setembro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as

Sêcas, terreno necessário à construção do açude público "Várzea do Boi", município de Tauá, Estado do Ceará ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.363 - de 1º de setembro de 1951 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno situado no trecho de Saudade a Ribeirão da Divisa, município de Barra Mansa, Estado do Rio ("D. Oficial" de 3-9-952).

Decreto nº 31.365 - de 2 de setembro de 1952 - Exclui o pessoal do S.A.P.S. das disposições do decreto nº 5.062 de 27 de dezembro de 1939 ("D. Oficial" de 4-9-952).

Decreto nº 31.264 - de 12 de agosto de 1952 - Outorga a Coutinho & Pena concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Sumidouro, no rio Sacramento, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estados de Minas Gerais ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.368 - de 3 de setembro de 1952 - Cria o Consulado honorário do Brasil em Stuttgart ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.369 - de 3 de setembro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.370 - de 3 de setembro de 1952 - Suprime cargo provisório ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.371 - de 3 de setembro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.392 - de 5 de setembro de 1952 - Designa as funções privativas de generais de Brigada, em tempo de paz ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.393 - de 5 de setembro de 1952 - Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.394 - de 5 de setembro de 1952 - Revoga o dec. nº 20.079, de 30 de novembro de 1945, e restabelece os interstícios previstos no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada ("D. Oficial" de 5-9-952).

Decreto nº 31.241 - de 7 de agosto de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil de terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.373 - de 3 de setembro de 1952 - Autoriza o Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, a pesquisar mica, no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.374 - de 3 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Adeodato Ferreira da Costa a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.375 - de 3 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.376 - de 3 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro Amâncio a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.377 - de 3 de setembro de 1952 - Renova o dec. nº 27.530, de 29 de novembro de 1949 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.378 - de 3 de setembro de 1952 - Renova o dec. nº 27.921, de 27 de março de 1950 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.379 - de 3 de setembro de 1952 - Renova o dec. nº 27.922, de 27 de março de 1950 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Finalpag. 598

Decreto nº 31.380 - de 4 de setembro de 1952 - Revoga o dec. nº 28.725, de 9 de outubro de 1950 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.381 - de 4 de setembro de 1952 - Abre ao Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Distrito Federal - crédito especial de Cr\$ 256.751,50, autorizado pela lei nº 1.624, de 13 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.382 - de 4 de setembro de 1952 - Extingue coletoria federal ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.383 - de 4 de setembro de 1952 - Revoga o dec. nº 21.883, de 27 de setembro de 1946 ("D. Oficial" de 6-9-952).

Decreto nº 31.389 - de 4 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados, no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.390 - de 4 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacífico Homem Júnior a lavrar minério de ferro, nos municípios de Ouro Preto e Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.391 - de 4 de setembro de 1952 - Autoriza a cidadã brasileira Sofia Rodrigues Cipriano a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.395 - de 5 de setembro de 1952 - Cria funções provisórias na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.396 - de 5 de setembro de 1952 - Abre, ao Poder Judiciário, - Tribunal de Justiça do Distrito Federal - crédito especial de Cr\$ 269.041,00, para atender aos pagamentos autorizados pela lei nº 1.622-A, de 9 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.397 - de 5 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral, no município de São Jenônimo, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.398 - de 5 de setembro de 1952 - Autoriza a cidadã brasileira D. Filomena Teixeira de Matos a pesquisar calcário e associados, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 8-9-952).

Decreto nº 31.399 - de 5 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Atos Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 8 de setembro de 1952).

Decreto nº 31.208 - de 29 de julho de 1952 - Autoriza o Cotonifício da Torre S. A. a instalar uma usina termelétrica em sua fábrica de tecidos, situada à rua José Bonifácio no 944, Torre, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.400 - de 8 de setembro de 1952 - Prorroga o prazo de que trata o item 4 das instruções aprovadas pelo dec. nº 20.790, de 28 de abril de 1952 ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.401 - de 8 de setembro de 1952 - Dispõe sobre os militares da Aeronáutica que, pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao voo ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.404 - de 8 de setembro de 1952 - Retifica a Tabela do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovada pelo dec. número 31.235, de 6 de agosto de 1952 ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.403 - de 8 de setembro de 1952 - Declara a caducidade da concessão outorgada à Empresa Elétrica de Sarapuí, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.405 - de 8 de setembro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, terreno necessário à construção do açude público "Poço da Cruz", no município do Moxató, no Estado de Pernambuco ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.406 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargos extintos ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.407 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.408 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.409 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargos provisórios ("D. Oficial" de 10 setembro de 1952).

Decreto nº 31.410 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargo provisório ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.411 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargos extintos ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.412 - de 8 de setembro de 1951 - Suprime cargos extintos ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.413 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargo provisório ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.414 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargos extintos ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.415 - de 8 de setembro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.418 - de 10 de setembro de 1952 - Cria Centros de Instrução Militar no Ministério Aeronáutica ("D. Oficial" de 10-9-952).

Decreto nº 31.366 - de 2 de setembro de 1952 - Autoriza a Cia. de Carris, Luz e Fôrça do Rio Janeiro, Ltda. a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Volta Redonda e Saudade, no município de Barra Mansa, Estado do Rio Janeiro ("D. Oficial" de 11-9-952).

Decreto nº 31.417 - de 9 de setembro de 1952 - Declara de utilidade pública a Associação Brasil de Enfermeiras Diplomadas, com sede no Distrito Federal ("D. Oficial" de 11-9-1952).

Decreto nº 31.387 - de 4 de setembro de 1952 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga ("D. Oficial" de 12-9-1952).

Decreto nº 31.420 - de 10 de setembro de 1952 - Aprova novos projetos e orçamentos para construção da variante de Pedras Altas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 12-9-1952).

Decreto nº 31.421 - de 10 de setembro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária que menciona ("D. Oficial" de 12-9-1952).

Decreto nº 31.422 - de 10 de setembro de 1952 - Altera a Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante ("D. Oficial" de 12-9-1952).

Decreto nº 31.423 - de 10 de setembro de 1952 - Considera contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ("D. Oficial" de 12-9-1952).

Decreto nº 31.424 - de 10 de setembro de 1952 - Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde ("D. Oficial" de 12-9-1952).

Decreto nº 31.330 - de 25 de agosto de 1952 - Outorga concessão à Sociedade Rádio Cube de Varginha Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical ("D. Oficial" de 13 de setembro de 1952).

Decreto nº 31.331 - de 25 de agosto de 1952 - Outorga concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias ("D. Oficial" de 13-9-1952).

Decreto nº 31.384 - de 4 de setembro de 1952 - Autoriza estrangeiros a adquirirem direito de ocupação do terreno que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 13-9-952).

Decreto nº 31.437 - de 11 de setembro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00, para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luís Góis ("D. Oficial" de 13-9-952).

Decreto nº 31.438 - de 11 de setembro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 13-9-952).

Decreto nº 31.439 - de 11 de setembro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 13-9-952).

Decreto nº 31.425 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Aníbal Ribeiro Zambelli a pesquisar mica e associados, no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.426 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15 de setembro de 1952).

Finalpag. 599

Decreto nº 31.427 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro João Ângelo de Oliveira a pesquisar mica e associados, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" 15-9-952).

Decreto nº 31.428 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Fraga a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.429 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Luis Antero da Silva pesquisar mica e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.430 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavrar calcário, no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.431 - de 10 de setembro de 1952 - Concede à Cabrais Sociedade Anônima Mineração, Indústria, Comércio - Ensacadores e Refinadores, Autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.432 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Muller a lavrar ocras e pigmentos minerais, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.433 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Amauri Moreira de Sousa a pesquisar calcário e associados, no município de Itapeva, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.434 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Moreno de Carvalho a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" 15-9-952).

Decreto nº 31.435 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza a Empresa de Mineração Indústria Brasileira de Mármore Itatinga a pesquisar mármore e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.436 - de 10 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.441 - de 11 de setembro de 1952 - Autoriza Virgílio Martins Gomes a comprar pedras preciosas ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.445 - de 12 de setembro de 1952 - Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 ou US\$ 22.012,64 para pagamento da contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.446 - de 12 de setembro de 1952 - Dispõe sobre a organização das empresas incorporadas ao patrimônio nacional e dá outras providências ("D. Oficial" de 15-9-952).

Decreto nº 31.457 - de 13 de setembro de 1952 - Fixa o prazo de validade dos decs. ns. 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho corrente ano, respectivamente ("D. Oficial" de 16-9-952).

Decreto nº 31.458 - de 13 de setembro de 1952 - Anula o dec. nº 27.581, de 14 de dezembro de 1949 ("D. Oficial" de 16-9-952).

Decreto nº 31.459 - de 13 de setembro de 1952 - Anula o dec. nº 26.202, de 15 de janeiro de 1949 ("D. Oficial" de 16-9-952).

Decreto nº 31.460 - de 13 de setembro de 1952 - Renova o dec. nº 24.761, de 6 de abril de 1948 ("D. Oficial" de 16-9-952).

Decreto nº 31.109 - de 9 de julho de 1952 - Concede à Usina Siderúrgica Marumbi Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 17-9-952).

Decreto nº 31.260 - de 11 de agosto de 1952 - Outorga concessão à Companhia Nacional de Navegação Costeira - Patrimônio Nacional, para instalar um transmissor de 500 watts na cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("D. Oficial" de 17-9-952).

Decreto nº 31.372 - de 3 de setembro de 1952 - Outorga à Prefeitura Municipal de Peixe, Estado de Goiás, concessão para distribuir energia elétrica ao município de Peixe, e autoriza a mesma Prefeitura a instalar uma usina termelétrica ("D. Oficial" de 17-9-952).

Decreto nº 31.452 - de 13 de setembro de 1952 - Designa as sedes dos Comandos das Divisões de Infantaria e das Infantarias e Artilharias Divisionárias em tempo de paz ("D. Oficial" de 17-9-952).

Decreto nº 31.419 - de 10 de setembro de 1952 - Promulga o Acôrdio sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951 ("D. Oficial" de 18-9-952).

Decreto nº 31.443 - de 11 de setembro de 1952 - Concede reconhecimento aos cursos de engenheiros civis eletricitas e industriais da Escola Politécnicada Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 18-9-952).

Decreto nº 31.461 - de 16 de setembro de 1952 - Abre, ao Poder Judiciário, crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para pagamento de despesa a que se refere a lei nº 1.630, de 24 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 18-9-952).

Decreto nº 31.462 - de 16 de setembro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Tabocas ("D. Oficial" de 18-9-952).

Decreto nº 31.463 - de 16 de setembro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Santo Antônio, Bonito e Bonito ("D. Oficial" de 18-9-952).

Decreto nº 31.283 - de 14 de agosto de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 19-9-952).

Decreto nº 31.468 - de 17 de setembro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 19-9-952).

Decreto nº 31.469 - de 17 de setembro de 1952 - Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde ("D. Oficial" de 19-9-952).

Decreto nº 31.385 - de 4 de setembro de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.465 - de 17 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Ludovico Nola Machado a pesquisar água mineral, no município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.466 - de 17 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Lucas Evangelista Rodrigues a pesquisar ardósia e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.467 - de 17 de setembro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Tôres a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas a associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.470 - de 17 de setembro de 1952 - Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.474 - de 18 de setembro de 1952 - Extingue coletoria federal ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.479 - de 18 de setembro de 1952 - Dispõe sobre o cumprimento da lei nº 1.095, de 3 de maio de 1950, com relação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.477 - de 18 de setembro de 1952 - Regulamenta a lei nº 1.584, de 27 de março de 1952 ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.480 - de 18 de setembro de 1952 - Regulamenta o art. 10, § 3º, da lei nº 1.599, de 9 de maio de 1952 ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 31.481 - de 18 de setembro de 1952 - Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a

instalação de uma usina termelétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 20-9-952).

Decreto nº 30.125 - de 1 de novembro de 1951 – Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.705,00, para pagamento de despesas que especifica ("D. Oficial" de 23-9-952).

Finalpag. 600

Decreto nº 31.487 - de 19 de setembro de 1952 - Estende à cêra de carnaúba da produção nacional da safra de 1952-1953 os preços mínimos e demais dispositivos do dec. nº 30.899, de 23 de maio de 1952 ("D. Oficial" de 23-9-952).

Decreto nº 31.451 - de 12 de setembro de 1952 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Rochedo de Seguros ("D. Oficial" de 23-9-952).

Decreto nº 31.388 - de 4 de setembro de 1952 - Concede à Petrasil Sociedade Brasileira de Comércio e Indústria de Minerais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 24-9-952).

Decreto nº 31.402 - de 8 de setembro de 1952 - Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A. D. A.) ("D. Oficial" de 24-9-952).

Decreto nº 30.935 - de 2 de junho de 1952 - Outorga concessão à Empresa S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense - "Varig" para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 25-9-952).

Decreto nº 31.308 - de 20 de agosto de 1952 - Concede à União Americana de Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 25-9-952).

Decreto nº 31.444 - de 11 de setembro de 1952 - Outorga à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da

queda d'água denominada Passo de Ajuricaba, município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 25-9-952).

Decreto nº 31.476 - de 18 de setembro de 1952 - Concede à sociedade "MAG" - Navegação e Comércio Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem ("D. Oficial" de 25-9-952).

Decreto nº 31.485 - de 19 de setembro de 1952 - Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinadas à passagem da linha-tronco de transmissão de energia elétrica de 220 kv da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de Paulo Afonso e Recife (Linha Norte) e autoriza a referida Companhia a promover a desapropriação ("D. Oficial" de 25-9-952).

Decreto nº 31.449 - de 12 de setembro de 1952 - Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S. A. para estabelecer um transmissor de ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 26-9-952).

Decreto nº 31.442 - de 11 de setembro de 1952 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Garantia" ("D. Oficial" de 26-9-952).

Decreto nº 30.506 - de 5 de fevereiro de 1952 - Outorga à Companhia Hidrelétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, no 5º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 29-9-952).

Decreto nº 31.340 - de 26 de agosto de 1952 - Outorga concessão à Sociedade Rádioemissora Continental Limitada para estabelecer, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, uma estação radiodifusora de ondas médias ("D. Oficial" de 29-9-952).

Decreto nº 31.360 - de 29 de agosto de 1952 - Autoriza a Cia. Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão, ampliar uma subestação e dá outras providências ("D. Oficial" de 29-9-952).

Decreto nº 31.416 - de 9 de setembro de 1952 - Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão no Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 29-9-952).

Decreto nº 31.488 - de 19 de setembro de 1952 - Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas ("D. Oficial" de 30-9-952).

*

Lei nº 1.676 - de 26 de setembro de 1952 - Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências ("D. Oficial" de 2-10-952).

Lei nº 1.677 - de 26 de setembro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20, a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao suplente de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória ("D. Oficial" de 2-10-952).

Lei nº 1.678 - de 26 de setembro de 1952 - Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares ("D. Oficial" de 2-10-952).

Lei nº 1.679 - de 1 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00, para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.680 - de 1 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte Alegre-Uberlândia ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.681 - de 1 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 11.400,00, para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1ª Região ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.682 - de 1 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para ocorrer ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de vencimentos, salário e salários-família, relativos a 1951 ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.683 - de 1 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.684 - de 1 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 156.900,00 para atender às despesas feitas com a observação do eclipse solar no dia 20 de maio de 1947 ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.685 - de 2 de outubro de 1952 - Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da lei nº 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela lei nº 1.243, de 25 de novembro de 1950 ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.686 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952 ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.687 - de 2 de outubro de 1952 - Concede pensão especial à menor Maria Edite de Oliveira, filha de João Rodrigues de Oliveira, extranumerário-diarista da Estrada de Ferro Central do Piauí, falecido em consequência de acidente no trabalho ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.688 - de 2 de outubro de 1952 - Concede pensão especial de Cr\$ 273,00 mensais a Honorina Cavalcante de Moura, genitora de Francisco Cavalcante de Moura, servidor público, falecido no exercício de suas funções ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.689 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para pagamento de

prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.690 - de, 2 de outubro de 1952 - Estende aos médicos sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde as vantagens e os direitos concedidos pela lei nº 488, de 15 de novembro de 1948 ("D. Oficial" de 7-10-952).

Lei nº 1.691 - de 3 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para pagamento de salário-família ("D. Oficial" de 9-10-952).

Lei nº 1.692 - de 3 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente

Finalpag. 601

à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Govêrno da França ("D. Oficial" de 9-10-952).

Lei nº 1.693 - de 3 de outubro de 1952 - Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial como contribuição do Govêrno Federal às despesas com a construção do monumento a J. J. Seabra, no Estado da Bahia ("D. Oficial" de 9-10-952).

Lei nº 1.694 - de 3 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial destinado à construção do edifício para a Delegacia do Tesouro Nacional e demais repartições federais no Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 9-10-952).

Lei nº 1.684-A - de 1 de outubro de 1952 - Altera a redação do item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Aeronáutica ("D. Oficial" de 9-10-952).

Lei nº 1.695 - de 7 de outubro de 1952 - Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão "M", de cônsul privativo, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências ("D. Oficial" de 11-10-952).

Lei nº 1.696 - de 7 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 11-10-952 - Retificação no "D. Oficial" de 13-10-952).

Lei nº 1.698 - de 10 de outubro de 1952 - Abre ao Poder Judiciário - Tribunal Federal de Recursos - o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50, para atender às despesas decorrentes da lei nº 1.441, de 24 de setembro de 1951 ("D. Oficial" de 16-10-952).

Lei nº 1.697 - de 10 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de aluguéis, relativos a 1950, das salas em que funciona a 24 Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói ("D. Oficial" de 16-10-952).

Lei nº 1.699 - de 10 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro - Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de Goiás ("D. Oficial" de 16-10-952).

Lei nº 1.700 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal ("D. Oficial" de 18-10-952).

Lei nº 1.701 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à 35ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho ("D. Oficial" de 18-10-952).

Lei nº 1.703 - de 15 de outubro de 1952 - Modifica a alínea **a** do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário ("D. Oficial" de 18-10-952).

Lei nº 1.702 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Govêrno dos Estados Unidos da América cone a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia ("D. Oficial" de 18-10-952).

Lei nº 1.704 - de 15 de setembro de 1952 - Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00 ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-10-952).

Lei nº 1.705 - de 22 de outubro de 1952 - Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951 ("D. Oficial" de 25-10-952).

Lei nº 1.706 - de 22 de outubro de 1952 - Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira ("D. Oficial" de 25-10-952).

Lei nº 1.707 - de 23 de outubro de 1952 - Altera dispositivo do dec.-lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sôbre a situação, perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca ("D. Oficial" de 27-10-952).

Lei nº 1.708 - de 23 de outubro de 1952 - Prorroga até 31 de dezembro de 1954 a lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) ("D. Oficial" de 27-10-952).

Lei nº 1.710 - de 24 de outubro de 1952 - Organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências ("D. Oficial" de 27-10-952).

Lei nº 1.709 - de 24 de outubro de 1952 – Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60, para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1949 ("D. Oficial" de 30-10-952).

Lei nº 1.710-A - de 24 de outubro de 1952 - Abre, ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.810,00, em refôrço de dotações para o exercício de 1952 ("D. Oficial" de 31-10-952).

Decreto legislativo nº 54, de 1952 - Aprova t ermo de contrato entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatu e Fagundes & Volpi Ltda. ("D. Oficial" de 3-10-952).

Decreto legislativo nº 55, de 1952 - Aprova t ermo de contrato entre a Diretoria dos Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo e a Cia. Predial de Taubat  ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto legislativo nº 56, de 1952 - Registra crédito ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto legislativo nº 57, de 1952 - Registra crédito ("D. Oficial" de 14-10-952).

Decreto legislativo nº 58, de 1952 - Aprova contrato entre a Divisão de Obras do Departamento de Administra o do Ministério da Educa o e Saúde e a Construtora Mantiqueira S. A. ("D. Oficial" de 14-10-952).

Decreto legislativo nº 59, de 1952 - Aprova t ermo aditivo a contrato entre o Ministério da Aeronáutica e Aron Kuppermann ("D. Oficial" de 14-10-952).

Decreto legislativo nº 60, de 1952 - Concede licen a ao vice-presidente da República para ausentar-se do país ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto legislativo nº 61, de 1952 - Aprova t ermo de ajuste entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretoria Regional do Estado de São Paulo) e Campos Bruder & Cia. Ltda. ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.492 - de 30 de setembro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede ("D. Oficial" de 1-10-952).

Decreto nº 31.057 - de 30 de junho de 1952 - Outorga concessão à Fundação Casper Libero para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas ("D. Oficial" de 2-10-952).

Decreto nº 31.257 - de 8 de agosto de 1952 - Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil S. A., de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal ("D. Oficial" de 2-10-952).

Decreto nº 31.289 - de 30 de setembro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 2-10-952 - Retificação no "D. Oficial" de 3-10-952).

Decreto nº 31.482 - de 19 de setembro de 1952 - Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Hulha Branca a construir novo trecho de linha de transmissão no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 2-10-952).

Decreto nº 31.448 - de 12 de setembro de 1952 - Altera o dec. nº 31.057, de 30 de junho de 1952, que outorgou concessão à Fundação Casper Libero para estabelecer um transmissor de radiodifusão de ondas curtas ("D. Oficial" de 2-10-952).

Decreto nº 31.483 - de 19 de setembro de 1952 - Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Hulha Branca a construir uma linha de transmissão entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo da Silveira, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 2-10-952).

Decreto nº 31.886 - de 4 de setembro de 1952 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Cruzeiro do Sul Capitalização S. A." ("D. Oficial" de 3-10-952).

Decreto nº 31.450 – de 12 de setembro de 1952 – Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá, Companhia de Seguros Gerais ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.455 - de 13 de setembro de 1952 - Autoriza a Empresa Força e Luz São Sebastião Ltda. a ampliar suas instalações hidrelétricas ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.456 - de 13 de setembro de 1952 - Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Barra, existente no rio Apiaí-Guaçu, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.459 - de 28 de janeiro de 1952 - Revalida o dec. nº 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.484 - de 19 de setembro de 1952 - Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, no Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.486 - de 19 de setembro de 1952 - Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.493 - de 30 de setembro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado em Varginha, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.494 - de 1 de outubro de 1952 - Torna público o depósito dos Instrumentos de Ratificação por parte do Governo de Cuba da Carta da Organização dos Estados Americanos ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.495 - de 1 de outubro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento de auxílio ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.496 - de 1 de outubro de 1952 - Dá nova denominação ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Franca, no Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.499 - de 1 de outubro de 1952 - Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.538 - de 4 de outubro de 1952 - Altera o dec. nº 31.452, de 13 de setembro de 1952 ("D. Oficial" de 4-10-952).

Decreto nº 31.539 - de 4 de outubro de 1952 - Abre, ao Poder Judiciário - Tribunal Federal de Recursos, - o crédito especial de Cr\$ 1.744,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 7-10-952).

Decreto nº 31.540 - de 4 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública a Associação "Museu de Arte", com sede na Capital do Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 7-10-952).

Decreto nº 31.541 - de 4 de outubro de 1952 - Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde ("D. Oficial" de 7-10-952).

Decreto nº 31.556 - de 6 de outubro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 7-10-952).

Decreto nº 31.512 - de 2 de outubro de 1952 - Declara caduca a concessão outorgada à Cia. de Mineração e Metalurgia Brasil pelo dec. nº 237, de 17 de julho de 1935 ("D. Oficial" de 8-10-952).

Decreto nº 31.533 - de 2 de outubro de 1952 - Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant" a que se refere o art. 3º do dec. nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947 ("D. Oficial" de 8-10-952).

Decreto nº 31.534 - de 3 de outubro de 1952 - Assegura ao agave ou sisal de produção nacional, da safra de 1952-53, a garantia dos preços mínimos prevista na lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951 ("D. Oficial" de 8-10-952).

Decreto nº 31.558 - de 7 de outubro de 1952 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 8-10-952).

Decreto nº 31.268 - de 13 de agosto de 1952 - Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói Limitada, com sede na cidade de Niterói, município do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.464 - de 16 de setembro de 1952 - Autoriza o Estado de Minas Gerais a construir linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.471 - de 18 de setembro de 1952 - Concede à "Navunidos Navegação Sociedade Anônima" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.491 - de 30 de setembro de 1952 - Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.498 - de 1 de outubro de 1952 - Concede à sociedade "Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada" autorização para continuar como empresa de navegação de cabotagem ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.503 - de 2 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Quixabinha", no município de Mauriti, Estado do Ceará ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.504 - de 2 de outubro de 1952 - Retifica e ratifica o art. 1º do dec. nº 18.019, de 7 de março de 1945 ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.505 - de 2 de outubro de 1952 - Declara sem efeito o dec. nº 30.253, de 6 de dezembro de 1951 ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.506 - de 2 de outubro de 1952 - Renova o dec. nº 20.747, de 14 de março de 1946 ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.513 - de 2 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias para as obras de ampliação da usina da Companhia Luz e Fôrça Santa Cruz, no rio Paranapanema, e autoriza a mesma empresa a promover a sua desapropriação ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.517 - de 2 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à execução das obras do aproveitamento de energia hidráulica de vários saltos situados no Rio Mogi-Guaçu, município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Centrai Elétrica Rio Claro pelo dec. nº 26.434, de 9 de março de 1949 ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.537 - de 3 de outubro de 1952 - Cria funções na Tabela única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Saúde ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.543 - de 6 de outubro de 1952 - Aprova projetos e orçamentos para obras na esplanada de Cafelândia, da variante Mirante-Guaíçara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.548 - de 6 de outubro de 1952 - Cria a Carteira de Acidentes do Trabalho do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.563 - de 9 de outubro de 1952 - Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 9-10-952).

Decreto nº 31.535 - de 3 de outubro de 1952 - Dá nova redação ao art. 1º do dec. nº 25.442, de 3 de setembro de 1948 ("D. Oficial" de 10-10-952).

Decreto nº 31.536 - de 3 de outubro de 1952 - Promulga os seguintes atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro a 4 de julho de 1947; Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 10 de março de 1943; Acôrdo sôbre Transportes Aéreos e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo ("D. Oficial" de 10-10-952).

Decreto nº 31.562 - de 8 de outubro de 1952 - Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Mauá Capitalização S. A." ("D. Oficial" de 10-10-952).

Decreto nº 31.507 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira a lavrar mica no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 10-10-952).

Decreto nº 31.508 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira a lavrar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 10-10-952).

Finalpag. 603

Decreto nº 31.509 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Caúla Soares e Sebastião Cardoso da Silva a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 10-10-952 - Retificação no "D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.511 - de 2 de outubro de 1952 - Concede à Minebra - Minérios Brasileiros S. A. Mineração e Industrialização, autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.518 - de 2 de outubro de 1952 - Outorga ao Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.519 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza "Sulba" - Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e

associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.520 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza Orquima - Indústrias Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.521 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Néelson Alvarenga Viglioni e os herdeiros de Martiniano José da Mata a lavrar calcário no município de Candeias, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.522 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza a Cia. Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.523 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza "Sulba" - Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.524 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Sousa Dantas a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.525 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a pesquisar calcário, no município de Goiás, Estado de Goiás ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.526 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Osório José Pereira a pesquisar calcário, no município de Dores do Campo, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.527 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e

mármore, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.528 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza a Cia. de Pesquisa e Mineração do Vale do Paraíba S. A. a pesquisar ardósia, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.529 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza Minas Serrinha Ltda. a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.530 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza a Carbonífera Cocal Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.531 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Faria Braga a pesquisar feldspato e associados, no município de Marica, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.544 - de 6 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terreno necessário à Construção da Variante Malheiros, da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.545 - de 6 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Latão", no município de Santanóple, Estado do Ceará ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.546 - de 6 de outubro de 1952 - Dispõe sôbre o conceito de empregado-aprendiz ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.547 - de 6 de outubro de 1952 - Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.549 - de 8 de outubro de 1952 - Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.550 - de 6 de outubro de 1952 - Altera o Regimento do D. A. S. P. ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.551 - de 6 de outubro de 1952 - Estende à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.552 - de 6 de outubro de 1952 - Altera o Regimento do Instituto do Açúcar e do álcool, aprovado pelo dec. nº 29.118, de 10 de janeiro de 1951, e dá outras providências ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.554 - de 6 de outubro de 1952 - Autoriza a permuta de imóveis entre a União e município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.559 - de 8 de outubro de 1952 - Regulamenta a transferência de escrivão de Coletoria do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de coletor dos mesmos Quadro e Ministério ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.560 - de 8 de outubro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, em refôrço da verba que especifica ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.561 - de 8 de outubro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.553 - de 6 de outubro de 1952 - Acrescenta dispositivos ao Regulamento de Uniforme do Pessoal do Exército ("D. Oficial" de 11-10-952).

Decreto nº 31.565 - de 9 de outubro de 1952 - Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60 para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A. ("D. Oficial" de 13-10-952).

Decreto nº 31.572 - de 9 de outubro de 1952 - Renova o dec. nº 28.222, de 9 de junho de 1950 ("D. Oficial" de 13-10-952).

Decreto nº 31.573 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Ribeiro Filho a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 13-10-952).

Decreto nº 31.542 - de 6 de outubro de 1952 - Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e dá outras providências ("D. Oficial" de 14-10-952).

Decreto nº 31.567 - de 9 de outubro de 1957 - Concede à Companhia Humaitá de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos ("D. Oficial" de 14-10-952 - Retificação no "D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.588 - de 14 de outubro de 1952 - Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para despesas com a ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina ("D. Oficial" de 14-10-952).

Decreto nº 31.256 - de 8 de agosto de 1952 - Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Comercial de Niterói, Limitada, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 15-10-952).

Decreto nº 31.472 - de 18 de setembro de 1952 - Concede à sociedade anônima "Standard oil Company of Prazil" autorização para continuar a funcionar na República ("D. Oficial" de 15-10-952).

Decreto nº 31.500 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 15-10-952).

Decreto nº 31.557 - de 7 de outubro de 1952 - Concede à "Emprêsa de Navegação do Rio Parnaíba Limitada" autorização para funcionar como emprêsa de navegação de cabotagem ("D. Oficial" de 15-10-952).

Finalpag. 604

Decreto nº 31.582 - de 10 de outubro de 1952 - Cria funções na Tabela única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde ("D. Oficial" de 15-10-952 - Retificação no "D. Oficial" de 21-10-952).

Decreto nº 28.498 - de 14 de agosto de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Joubert Santos a lavrar areia silicosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 12-9-952 - Retificação no "D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.440 - de 11 de setembro de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.516 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza a firma Irmãos Schlumberger a ampliar as instalações de sua usina de eletricidade ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.584 - de 13 de outubro de 1952 - Aprova projeto e orçamento para ampliação da estação de Pedro Celestino, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.585 - de 13 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, terreno necessário à construção do sistema de Oleodutos Santos - São Paulo ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.586 - de 13 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, faixa de terreno necessária à construção de trecho ferroviário localizado entre última Garganta e Rio das Antas ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.587 - de 13 de outubro de 1952 - Retifica as instruções baixadas pelo dec. nº 2.774, de 20-6-1938, e o art. 55, nº 53, do Regulamento aprovado pelo dec. nº 6.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos asilados ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.604 - de 16 de outubro de 1952 - Permite aos oficiais do Q. A. O. o ingresso nos Cursos da Escola de Saúde do Exército ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 31.605 - de 16 de outubro de 1952 - Modifica a redação da letra **b** do art. 98 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo dec. nº 18.732, de 28 de maio de 1945, e alterado pelo dec. nº 28.409, de 20 de julho de 1950 ("D. Oficial" de 16-10-952).

Decreto nº 30.703 - de 2 de abril de 1952 - Concede a Rielli, Silveira & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.453 - de 13 de setembro de 1952 - Autoriza a Usina Açucareira Ester S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.473 - de 18 de setembro de 1952 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company" ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.566 - de 9 de outubro de 1952 - Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, a ser incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.570 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza instalação de um grupo diesel-elétrico ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.574 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Pinto da Veiga a lavrar mica, no município de Governador Valadares,

no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-10-952 - Retificação no "D. Oficial" de 21-10-952).

Decreto nº 31.575 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza os cidadãos brasileiros Luís Gonzaga da Cunha o Sirival Pereira Fagundes a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.576 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro José Ermírio de Moraes a lavrar argila, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.577 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar minérios de ferro e associados, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.578 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Carlos dos Reis a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.579 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza os cidadãos brasileiros José Albino Pimentel Filho, Hilton de Lima Pimentel, Wilson Albino, Pimentel, Néelson Albino Pimentel, Geraldo Albino Pimentel e Sebastião de Vasconcelos Cardim a pesquisar calcário, fosfato e associados, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.580 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Duarte a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.581 - de 9 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Vitório Bizeto a pesquisar ocre e associados, no município de Castro, Estado do Paraná ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.592 - de 14 de outubro de 1952 - Abre ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - o crédito

especial de Cr\$ 1.800,00, para atender ao pagamento do salário-família devido ao auxiliar judiciário Clemente Martins ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.589 - de 14 de outubro de 1952 - Aprova projeto e orçamento para o prolongamento do cais do Pôrto Novo, na cidade do Rio Grande ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.591 - de 14 de outubro de 1952 - Altera a lotação das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.590 - de 14 de outubro de 1952 - Altera a Tabela única de Extranumerários-mensalistas da Universidade do Recife ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.593 - de 14 de outubro de 1952 - Abre ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - o crédito especial de Cr\$ 7.568,00, para atender ao pagamento de salários devidos ao chefe de secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.608 - de 17 de outubro de 1952 - Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1953 ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.613 - de 17 de outubro de 1952 - Fixa o preço do carvão "lavador" e dá outras providências ("D. Oficial" de 17-10-952).

Decreto nº 31.490 - de 30 de setembro de 1952 - Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.596 - de 15 de outubro de 1952 - Suspende o funcionamento da "Casa do Sargento do Brasil", com sede e fôro no Distrito Federal ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.598 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita, no município de Igarapu, Estrada de Pernambuco ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.599 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza o cidadão brasileiro Serafim da Silva Gomes, a lavrar, minérios de ferro e de manganês e calcário dolomítico, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.600 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza os cidadãos brasileiros Lacerdino de Oliveira Campos, Cordes Serra Machado e João Serra Machado Filho a pesquisar quartzo e associados, no município de Pompeu, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.601 - de 15 de outubro de 1952 - Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ferro e associados, nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.603 - de 15 de outubro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 18-10-952).

Decreto nº 31.606 - de 16 de outubro de 1952 - Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 11.994.394,80, para pagamento de despesa a que se refere a lei nº 1.507, de 19 de dezembro de 1951 ("D. Oficial" de 20-10-952).

Finalpag. 605

Decreto nº 31.607 - de 16 de outubro de 1952 - Considera extensivo ao pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata o aumento de salário previsto no art. 2º do dec. nº 26.633, de 6 de maio de 1949 ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.609 - de 17 de outubro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no município de Campo Largo, Estado do Paraná ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.614 - de 17 de outubro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar ação de terrenos situados em Jundiaí, no Estado São Paulo ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.615 - de 17 de outubro de 1952 - Extingue coletoria federal ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.616 - de 17 de outubro de 1952 - Suprime cargo provisório ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.620 - de 17 de outubro de 1952 - Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima "Air France" autorização para funcionar na República ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.621 - de 17 de outubro de 1952 - Cria função na Tabela única de Extranumerário-mensalistas do Ministério da Educação e Saúde ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.629 - de 17 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio da União, águas do rio Brecajuvava-Currálinho-Iraí, Iguaçu e Iguaçu, respectivamente, nos seus trechos superior, adio e inferior ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 30.947 - de 5 de junho de 1952 - Outorga concessão à Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas ("D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.261 - de 11 de agosto de 1952 - Outorga concessão à Rádio Sociedade Gaúcha S. A. para estabelecer quatro transmissores de ondas curtas em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.341 - de 26 de agosto de 1952 - Prorroga, por três anos, a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira para executar serviço radiotelefônico público internacional e público restrito internacional ("D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.402 - de 8 de setembro de 1952 - Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A. D. A.) ("D. Oficial" de 24-9-952 - Retificação no "D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.447 - de 12 de setembro de 1952 - Outorga concessão à Rádio Clube Paranaense Ltda. para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas ("D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.478 - de 18 de setembro de 1952 - Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.514 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza a Empresa Penedense de Luz e Água S. A. a ampliar suas instalações termelétricas ("D. Oficial" de 22-10-952).

Decreto nº 31.624 - de 17 de outubro de 1952 - Revoga o decreto que concedeu à Sociedade Anônima "R. G. Dun & Bradstreet Company" autorização para funcionar na República ("D. Oficial" de 29-10-952).

Decreto nº 31.502 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.200 - de 28 de julho de 1952 - Autoriza a Cia. Sul Mineira de Eletricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Teresinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 2-8-952 - Retificação no "D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.515 - de 2 de outubro de 1952 - Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a instalar um grupo gerador em sua usina ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.610 - do 17 de outubro de 1952 - Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.612 - de 17 de outubro de 1952 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.625 - de 17 de outubro de 1952 - Concede à "Compagnie Nationale Air Francel, autorização para funcionar no país ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.630 - de 21 de outubro de 1952 - Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de Infantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.631 - de 22 de outubro de 1952 - Abre ao Poder Judiciário - Tribunal Federal de Recursos - o crédito especial de Cr\$ 3.150,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.632 - de 22 de outubro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no município de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.633 - de 22 de outubro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terras situadas no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.634 - de 22 de outubro de 1952 - Aprova convênio entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Popular, para os fins que especifica ("D. Oficial" de 20-10-952).

Decreto nº 31.635 - de 23 de outubro de 1952 - Inclui funções na Tabela única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Saúde ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.636 - de 23 de outubro de 1952 - Dispõe sobre a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.637 - de 23 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no planalto de ampliação do aproveitamento do rio Tijuco e autoriza a Empresa Luz e Fôrça Ituiutabana S. A. a promover a respectiva desapropriação ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.640 - de 23 de outubro de 1952 - Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de despesas realizadas com diligências, investigações e serviços de caráter secreto ou reservado ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.641 - de 23 de outubro de 1952 - Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.642 - de 23 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, com sede no Distrito Federal ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.645 - de 23 de outubro de 1952 - Altera a redação do art. 4º do dec. nº 31.548, de 6 de outubro de 1952 ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.648 - de 23 de outubro de 1952 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias às construções que menciona ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.649 - de 28 de outubro de 1952 - Aprova projeto e orçamento para construção da variante "Campinas", na linha Goiânia-Araguaia, da Estrada de Ferro Goiás ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.654 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio São Simão ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.655 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Brejinho, Rincão e Rincão, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.656 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Malacacheta e Encoberto, respectivamente, no seu trecho superior e médio e no trecho inferior ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.657 - de 24 de outubro de 1952 - Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Viena ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.658 - de 24 de outubro de 1952 - Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil na Haia ("D. Oficial" de 30-10-952).

Finalpag. 606

Decreto nº 31.659 - de 24 de outubro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 178.500,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.661 - de 24 de outubro de 1952 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terreno situado em Araraquara, no Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.662 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Capitão-Mor Barreiro, Barreiro de Baixo e Barreiros, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.663 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Lajes ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.664 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Perequê Mirim ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.665 - de 24 de outubro de 1952 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado

Veado, Cachoeirão e Posses, nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.666 - de 27 de outubro de 1952 - Estende a jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão, e dá outras providências ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.667 - de 27 de outubro de 1952 - Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 30-10-952).

Decreto nº 31.597 - de 15 de outubro de 1952 - Outorga concessão à Sociedade Radioemissora Paranaense Limitada para estabelecer na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, uma estação radiodifusora de ondas médias ("D. Oficial" de 31-10-952).

Decreto nº 31.639 - de 23 de outubro de 1952 - Aprova o Regulamento para o Alto Comando do Exército (1ª parte) ("D. Oficial" de 31-10-952).

Decreto nº 31.643 - de 23 de outubro de 1952 - Promulga a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá a 2 de maio de 1948 ("D. Oficial" de 31-10-952).

Decreto nº 31.650 - de 23 de outubro de 1952 - Aprova o Regulamento para o Gabinete do ministro da Guerra ("D. Oficial" de 31-10-952).

Decreto nº 31.684 - de 31 de outubro de 1952 - Dispõe sobre a cobrança do sêlo da taxa adicional de Cr\$ 0,10, a que se refere a lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências ("D. Oficial" de 31-10-952).

Finalpag. 607